



CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 07 04.03.2005

Metalúrgicos brasileiros e europeus unidos

Os sindicatos conclamam a GM e a Fiat a garantirem a segurança no emprego independente da localização da planta caso fracassem a fusão das duas empresas.

Diante do anúncio conjunto da GM e da Fiat de que dissolverão sua aliança, os sindicatos no Brasil e na Europa juntamente com a FITIM e a Federação Europeia de Metalúrgicos (FEM) exigiram que não haja demissões nem qualquer impacto negativo sobre os trabalhadores.

Em uma declaração conjunta emitida no último dia 1 de março (ver abaixo) os sindicatos exigem que a proteção no quadro de um acordo da aliança (joint venture) europeia seja estendido para todos os trabalhadores afetados, incluindo aqueles no Brasil.

Quando a GM e a Fiat formaram sua aliança há quase cinco anos, a produção de motores e de caixas de transmissão existentes no Brasil e na Europa foram transferidas para uma outra empresa criada pelas duas montadoras. Também foi criada outra empresa centralizando as compras.

Em consequência dessas mudanças foi concluído em julho de 2000 um acordo entre a direção da GM na Europa e os representantes de seus trabalhadores, cobrindo os trabalhadores europeus abrigados pela nova aliança formada.

O acordo garante que todos os empregados europeus da GM – Opel, Vauxhall e Saab, transferidos para as novas empresas conjuntas teriam tratamento igual ao que teriam se continuassem no antigo empregador. O acordo garante também o direito de voltar ao seu antigo emprego se terminasse a aliança entre a Fiat e a GM.

Os sindicatos e os conselhos de empresa europeus e brasileiros exigem que a GM e a Fiat concedam tratamento igual e os mesmos direitos e proteção para todos os trabalhadores de qualquer unidade da GM/Fiat, inclusive daquelas fora da Europa.

Em seu comunicado conjunto os sindicatos afirmam que o fracasso da aliança entre a GM e a Fiat foi o resultado de uma estratégia errada de administração. “Não é aceitável, portanto que nenhum trabalhador em qualquer unidade da JV tenha que pagar o preço de um erro gerencial” questionam os sindicatos, concluindo “ permaneceremos unidos e em solidariedade” .

Nenhuma Demissão !

Declaração dos Sindicatos Europeus e Brasileiros sobre a dissolução da aliança entre GM e Fiat

Nenhuma demissão!

Estabilidade no emprego e proteção para todos os trabalhadores na aliança GM / Fiat!

A dissolução da aliança entre GM e Fiat não deve ter impacto negativo sobre os trabalhadores afetados nas unidades da joint-venture (JV) entre GM e Fiat na Europa e no Brasil.

Os Sindicatos e Comissões de Fábrica europeus e brasileiros, juntamente com a Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM) e a Federação Europeia de Metalúrgicos (FEM), exigem que a General Motors e a Fiat garantam a estabilidade no emprego e a proteção a todos os trabalhadores nas joint-ventures entre GM e Fiat. Nós declaramos que nos manteremos

unidos e em solidariedade e lutaremos juntos contra qualquer tentativa da GM e/ou Fiat de demitir trabalhadores em qualquer de suas unidades.

O acordo concluído em Julho de 2000 entre a General Motors Europa e os representantes dos Trabalhadores europeus na GM, dá garantias abrangentes inclusive aos trabalhadores nas JVs. O acordo assegura aos trabalhadores da Opel, Vauxhall e Saab transferidos para as JVs, que sejam tratados como se continuassem a ser empregados do empregador original. O acordo assegura a todos os trabalhadores o direito de retornar à unidade produtiva do empregador original em caso de dissolução da aliança entre as empresas.

Por isto, os Sindicatos e Comissões de Fábrica europeus e brasileiros, a FITIM e a FEM, convocam a GM e a Fiat a estender igual tratamento e os mesmos direitos a todos os empregados nas empresas a despeito do país ou unidade. Estamos convencidos que o não-sucesso da aliança GM/Fiat é resultado de uma estratégia gerencial equivocada. Os representantes dos trabalhadores e seus Sindicatos alertaram as empresas desde o início da aliança. Não é aceitável, portanto que nenhum trabalhador em qualquer unidade da JV tenha que pagar o preço de um erro gerencial.

Nós permaneceremos unidos e em solidariedade.

28 de Fevereiro de 2005

Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM)
Federação Européia dos Metalúrgicos (FEM)
Comitê Europeu dos Trabalhadores / Fórum Europeu dos Empregados na GM
Federação Italiana dos Metalúrgicos (FIM/CISL)
Federação Italiana dos Metalúrgicos (FIOM/CGIL)
Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) Brasil
Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Força Sindical (CNTM/FS) Brasil
Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP - Brasil

Lula, Kirchner e Chávez: aliança contra o FMI

O sucesso da operação de renegociação da dívida pública da Argentina levou o presidente do país, Néstor Kirchner, a lançar uma nova ofensiva, desta vez contra o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ontem, Kirchner propôs aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, da Venezuela, a elaboração de uma estratégia comum de negociação com o Fundo, idéia que foi bem recebida pelos dois outros chefes de Estado.



Após uma hora e meia de reunião, num hotel de Montevidéu, os três presidentes anunciaram sua decisão de convocar uma reunião dos ministros da Fazenda de seus países, que será realizada dentro de 30 a 40 dias, possivelmente em Buenos Aires.

Os Três Mosquiteiros Montagem de Pagina 12

— Vivemos um momento histórico muito importante, a integração é um fato irreversível. Começamos a acreditar em nós mesmos, nas nossas forças, na nossa criatividade, inteligência, na nossa economia e na nossa indústria. Descobrimos que a solução dos nossos problemas está na boa relação que tivermos entre nós aqui na América do Sul — disse Lula, que depois do encontro com os presidentes argentino e venezuelano comeu uma parrillada (frutos do mar na grelha) e tirou fotos com turistas.

‘O FMI está deixando de ser um curral’, diz chanceler

Os argentinos, como sempre, voaram mais alto. O ministro das Relações Exteriores do país, Rafael Bielsa, assegurou que a meta dos três países é negociar de forma conjunta com o FMI. A Argentina suspendeu seu acordo com o Fundo em meados do ano passado e, segundo Bielsa, “poderia viver sem um acordo com o organismo em 2005, honrando todos seus compromissos”.

— É uma rebelião na granja. O FMI está deixando de ser um curral porque os animais começam a querer sair — afirmou Bielsa.

Segundo chanceler argentino, os presidentes do Brasil e da Venezuela se mostraram muito interessados em saber detalhes da troca de bônus da dívida argentina. O bom resultado obtido na operação, assegurou Bielsa, deu novos contornos ao cenário financeiro regional.

— Temos de aproveitar este momento para fortalecer nossas posições. Depois da troca, a Argentina virou uma loira de olhos azuis — ironizou o ministro argentino. (Janaina Figueiredo, Enviada especial) (*Tribuna da Imprensa*, 02.03.2005)

Bancos: mina de ouro do Brasil

O sistema financeiro brasileiro vive uma bonança sem precedentes que transformou os bancos estabelecidos no País em minas de ouro, desempenho confirmado ontem pelo lucro do Banespa, pertencente ao grupo espanhol Santander.

O Banespa, principal banco do Santander Central Hispano no Brasil, informou ontem que em 2004 seu lucro líquido foi de R\$ 1,75 bilhões, superando em 0,17% o registrado em 2003.

O lucro do grupo Santander Banespa, que inclui outras duas entidades menores, foi de US\$ 890 milhões em 2004, o que representa uma queda de 2,3% em comparação com 2003, mas o resultado individual do Banespa fecha uma temporada de excelentes resultados para os bancos no Brasil.

No exercício de 2004, os cinco maiores bancos do País por volume de ativos e de capital aberto (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco e Banespa) obtiveram em conjunto um lucro líquido recorde de R\$ 12,893 bilhões, segundo estudo da firma Economática.

Esse resultado, que leva em conta valores ajustados à inflação, supera em 12,6% o atingido pelas mesmas instituições em 2003 e em 92,7% o registrado cinco anos atrás.

Banco do Brasil, Bradesco e Itaú registraram lucros recorde em 2004. O resultado do Unibanco foi o segundo melhor de sua história. "Se 2003 tinha sido um ano maravilhoso para o setor bancário, 2004 foi ainda melhor", disse o presidente da Economática, Fernando Exel, destacando o processo de modernização tecnológica empreendido pelo setor nos últimos anos.

As cinco entidades incluídas no estudo têm 90% dos ativos dos 21 bancos de capital aberto do Brasil, segundo cálculos da Economática. Esse grupo não inclui a Caixa Econômica Federal, estatal, que não tem ações negociadas na bolsa e que em 2004 teve um lucro líquido de R\$ 1,419 bilhão, de acordo com o balanço publicado ontem.

Os altos lucros do setor bancário são baseados nos altos juros - o Brasil é o país com os juros reais mais altos do mundo-, em ganhos com a prestação de serviços bancários e no aumento da demanda de crédito devido à recuperação da economia brasileira, segundo os analistas.

"Os bons resultados de 2004 se devem fundamentalmente ao crescimento da economia brasileira como um todo. O crédito aumentou 20% no último ano e os serviços bancários também cresceram cerca de 30%", disse o economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos, Roberto Luis Tróster.

Segundo o presidente da Economática, além dos serviços bancários, a intermediação financeira (diferença entre o que os bancos cobram por créditos e o que pagam por depósitos) também contribuiu para os altos ganhos do setor em 2004.

"A intermediação financeira também gerou muitos ganhos, e quem cria esta oportunidade para os bancos é o governo, que mantém os juros elevados", disse Exel.

Em 2004, o resultado bruto da intermediação financeira dos cinco bancos incluídos no estudo da Economática foi de R\$ 40,915 bilhões, praticamente igual ao de 2003.

Isso deveu-se ao fato de a taxa básica de juros, a Selic, ter fechado o ano passado em 17,75% ao ano, nível mais alto em quatorze meses.

Os bancos, que em algumas operações, como o crédito pessoal, cobram juros superiores a 100% ao ano, argumentam que essa é uma ferramenta para enfrentar a alta taxa de inadimplência e os créditos subsidiados do País.

"O custo da inadimplência é muito caro no Brasil, e há muitos créditos subsidiados, que fazem com que os bancos tenham que emprestar, por exemplo, ao setor rural, com juros mais baixos do que os que se paga no mercado", afirmou Tróster.

A rentabilidade sobre o patrimônio dos grandes bancos brasileiros passa de 15%, nível similar à dos bancos dos Estados Unidos, e seus lucros superam os do setor industrial. (EFE)

Ricupero defende controle de capital

O diplomata propõe IOF de 25% sobre entrada de capitais de curto prazo, atraídos pelos juros elevados. O embaixador Rubens Ricupero defendeu o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para 25% a fim de conter a entrada de capitais de curto prazo no Brasil. Ricupero, atual diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), realizou na sexta-feira uma aula magna sobre "O Cenário e as Perspectivas da Economia Mundial", em São Paulo.

O embaixador afirma que o governo precisa combater os capitais especulativos que chegam ao País atraídos pela alta taxa de juros. Para Ricupero, é necessário cobrar impostos sobre operações financeiras que permitem a entrada desses capitais. Segundo ele, "a elevada dívida brasileira impede a adoção de medidas que, mesmo remotamente, possam sinalizar intervenção no fluxo de capitais", e por isso ações de contingenciamento da entrada de capital especulativo não são tomadas.

Além desse controle, outras medidas foram propostas por Ricupero, ex-ministro da Economia do governo Itamar Franco, ex-ministro do Meio Ambiente e ex-secretário-geral Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). São elas: o aumento do nível das reservas internacionais, a manutenção das intervenções do Banco Central no mercado de câmbio, a desvalorização do real e a redução das taxas de juros

Segundo Ricupero, a expectativa de manutenção de um resultado comercial positivo é "ilusória" uma vez que as variações cambiais demoram a aparecer nas exportações. "Devemos lembrar que após a desvalorização do real em 98, as exportações só se recuperaram em 2000", disse. Ricupero lembrou que a maior parte dos contratos de exportação são de longo prazo (até 10 meses) e as empresas precisam honrar contratos ou renegociá-los elevando os preços dos produtos brasileiros, que perdem competitividade.

Para diminuir a vulnerabilidade, Ricupero defendeu o aumento das reservas – que hoje giram em torno dos US\$ 30 bilhões – citando o exemplo dos países asiáticos que aumentaram suas reservas para evitar a apreciação da moeda local e proteger-se contra uma possível crise externa. Segundo ele, o aumento das reservas no Brasil é menos efetivo por causa da taxa de juros altas.

Entretanto, Ricupero adverte que numa eventual disparada da desvalorização do dólar, a China – que possui reservas de US\$ 650 bilhões – poderia chegar a perder recursos equivalentes a 3% de seu PIB. "Como essa desvalorização abrupta do dólar ainda não ocorreu, a política chinesa se mostra apropriada para eles, evitando a valorização de sua moeda", disse. Quanto ao Brasil, observou, "o Banco Central começou a comprar dólares tardiamente. Além disso, a política de juros altos atrai capitais especulativos em busca de ganhos de arbitragem, o que valoriza o real", disse.

"A conjuntura de curto prazo mundial é muito conhecida. No ano passado, a economia internacional cresceu a taxas superiores a 5%, atingindo o maior crescimento dos últimos 30 anos. O comércio mundial também aumentou 9%, puxado pela China mas não foi restrito a este país", disse Ricupero ponderando que apesar disso é crescente a preocupação com os déficits gêmeos norte-americanos, que já representam 10% do PIB dos EUA.

Ricupero chamou o denominado "equilíbrio instável" de "desequilíbrio estável", já que "ninguém imaginava que essa situação durasse tanto tempo, mas o insustentável está durando". "Qualquer solução encerra alguns riscos. Com a volatilidade das moedas, torna-se impossível se proteger inteiramente. Não existe política ideal", disse. (Cristina Borges Guimarães) (*Gazeta Mercantil*, 28.02.2005)

Tsunami industrial vem da China

Estudo do BID mostra que indústria brasileira está sob ameaça

SÃO PAULO - Um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) afirma que a China é uma grande ameaça para a indústria do Brasil. Segundo o relatório "Medo da China: a indústria da América Latina tem futuro?", o Brasil perdeu US\$ 1,6 bilhão em exportações para concorrentes chineses em 12 anos.

"Com países como a China no mercado mundial, não temos mais margem de manobra para absurdos macroeconômicos", disse o autor do estudo, Mauricio Mesquita Moreira, economista do Departamento de Integração Regional do BID, em Washington. "Se a taxa de juros continuar alta, nós só vamos exportar commodities, vamos vender minério de ferro até acabar". A China tem juros reais na casa dos 2%, diante de 12% no Brasil.

O relatório será divulgado amanhã, durante o seminário "A emergência da China", organizado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e pelo Conselho Empresarial Brasil-China. Segundo o economista, o impacto ainda não é grande, mas os números apontam para uma tendência

preocupante. Entre as nações da América Latina, o Brasil e os países andinos foram os mais afetados pela concorrência chinesa no mercado externo.

As maiores perdas de exportações ocorreram nos setores de têxteis, aço, rádios, máquinas de costura e aparelhos de ar-condicionado. A médio prazo, as grandes vítimas da concorrência chinesa serão a indústria siderúrgica e automobilística brasileiras.

As indústrias mais afetadas são as intensivas em mão-de-obra, onde a China tem vantagem - o salário anual médio dos trabalhadores industriais chineses é pouco mais de US\$ 1 mil, contra US\$ 4 mil dos brasileiros. Mas a concorrência chinesa está roubando mercado do Brasil também em outros setores, como o agroindustrial. Enquanto o Brasil reduziu sua participação mundial em suco de laranja, a China aumentou as exportações de sucos de frutas.

"O problema não se restringe a têxteis e calçados. A China compete com muitos produtos da pauta brasileira de exportação", diz Moreira. Além da mão-de-obra barata, economias de escala e incentivos do governo tornam a China muito competitiva. Para Moreira, foi um "equivoco" conceder à China o reconhecimento do status de economia de mercado. "O Brasil foi leniente, não há como descrever a China como uma economia de mercado", diz.

Histórico

Enquanto a América Latina privatizou e liberalizou sua economia nos anos 90, a China perseguiu um modelo de desenvolvimento fortemente calcado na intervenção do governo. As empresas chinesas têm acesso ilimitado a crédito barato, fornecido pelos bancos estatais. O governo financia um programa de inovação, que reduz custos de pesquisa das empresas.

A regulamentação da propriedade intelectual é quase inexistente, o que reduz os custos de absorção de tecnologia estrangeira. A maioria das empresas tem participação do governo e muitos setores chave são beneficiados por tarifas protecionistas. "Todas essas medidas dão uma vantagem desleal às empresas chinesas", disse o economista.

Segundo Moreira, para melhor enfrentar a concorrência chinesa, o País precisa repensar estratégias de desenvolvimento tecnológico, acesso a crédito e atração de investimentos. E precisa adotar uma política comercial mais rígida com os chineses. "No radar do governo brasileiro só existem ameaças vindas dos EUA e da Europa", diz.

Ainda segundo o relatório, o comércio com a China só é positivo para a América Latina no setor de bens primários. O Brasil tem dificuldades em exportar produtos de maior valor agregado, como calçados e óleo de soja (só exporta o grão). Em contrapartida, o comércio da China com outros países asiáticos é predominantemente intra-indústrias. (*Tribuna da Imprensa, 01.03.2005*)

FAB já testa F-5 modernizado pela Embraer

Equipe de engenheiros e pilotos da Força Aérea está fazendo os vôos de aceitação na fábrica de Gavião Peixoto (SP). A Força Aérea Brasileira (FAB) recebeu, no início desta semana, dia 28, o primeiro caça F-5 de série modernizado pela Embraer em conjunto com a empresa Elbit, de Israel. O programa de modernização do caça envolve 46 aeronaves a um custo total de US\$ 285 milhões. A Aeronáutica espera a conclusão de um lote de 18 aeronaves F-5 BR até o final deste ano.

Uma equipe de engenheiros, pilotos e técnicos da Aeronáutica foi deslocada esta semana para as instalações da Embraer, em Gavião Peixoto (SP) para fazer o trabalho de avaliação técnica que precede o início da operação da aeronave.

Pronto para a missão

O processo de recebimento da aeronave dura, em média, 10 dias úteis, sendo que os dois primeiros vôos estão programados para acontecer na próxima semana. Encerrada esta primeira fase e estando aprovado pela Aeronáutica, o primeiro F-5 modernizado estará pronto para desempenhar missões de defesa e ataque aéreos. A aeronave será destinada para o Primeiro Esquadrão Pampa, sediado na Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul.

O F-5 está em operação na FAB desde o início dos anos 70 e será atualizado para que sua vida útil seja estendida por mais 15 anos. A versão original do F-5 foi desenvolvida pela empresa norte-americana Northrop. O F-5BR ou F-5 M (modernizado), como é chamado na FAB, é considerado um produto nacional, desenvolvido pela Embraer e custeado pelo Ministério da Aeronáutica.

"Isto significa que o Brasil é proprietário desta versão. A Embraer também possui o RIG de integração aviônica do F-5, o que a capacitou a fazer no Brasil toda a manutenção do software operacional da aeronave", explica um especialista ligado ao Comando da Aeronáutica. Todos os armamentos (bombas e foguetes) do F-5 BR, segundo a fonte, também são nacionais, bem como os mísseis, que já foram integrados à aeronave. Um deles é o MAA-1 Piranha, fabricado pela empresa Mectron, de São José dos Campos.

A Embraer e a Elbit estão trabalhando na modernização de 12 caças F-5 entregues pela FAB. Os dois protótipos do F-5 já foram modernizados e entregues em 2003. Segundo previsão da Embraer, a cadência de entrega prevista em contrato é de duas aeronaves por mês, a partir da conclusão do recebimento da primeira.

Atualmente, as duas aeronaves protótipo realizam uma missão de avaliação dos seus sistemas de pontaria de armas, autodefesa, radar, combate e eletrônicos, na Base Aérea de Natal. A missão, que envolve 50 pessoas, foi iniciada no dia 14 de fevereiro e se estenderá até 15 de abril. Os ensaios em voo com os protótipos, feitos por pilotos da Embraer e da FAB, tem previsão de durar 90 horas.

A FAB, segundo a fonte ligada a Aeronáutica, estuda a possibilidade de utilizar o F-5 nas missões desempenhadas hoje pelos velhos Mirage III, que sairão de cena até o final deste ano. Com o fim do projeto F-X, de compra de caças supersônicos de nova geração, o modelo F-5 é visto como uma solução interina nacional e de baixo custo, para operar até que os novos caças sejam adquiridos.

Em nota interna, divulgada na semana passada, o Comando da Aeronáutica admite que já desenvolve estudos alternativos ao F-X. Um deles, segundo informações da fonte, seria a retomada da idéia de comprar outros 16 caças F-5 usados no mercado internacional, que já foi estudada antes, mas abandonada há dois anos.

A Aeronáutica chegou a negociar por um tempo a compra de F-5 usado da Suíça e de países do Oriente Médio, mas acabou optando pela abertura de licitação internacional, que também não foi levada adiante. Na época, a FAB reservou US\$ 120 milhões do orçamento do seu Programa de Reequipamento para a compra de aeronaves que complementaríamos a atual frota de F-5 e compensariam a lacuna deixada pelo modelo ítalo-brasileiro Xavante, até há pouco usado no treinamento básico de pilotos de caça em Natal (RN).

No contrato da Embraer com a Aeronáutica, segundo outra fonte que trabalha no projeto do F-5 BR, já existe uma cláusula com a previsão de custos da modernização de cada F-5 comprado adicionalmente. Para um dos observadores do processo, o número de aeronaves F-5 existentes no acervo da FAB (43 monoplaces e 3 biplaces) é suficiente para equipar as três unidades aéreas de Canoas, Santa Cruz e Anápolis.

"Não haveria nenhum problema em alocar 12 aeronaves F-5 M para Anápolis em substituição aos Mirage III. A necessidade de aquisição de um número suplementar de aeronaves F-5 biposto independe de sua alocação à base de Anápolis", comenta a fonte.

Na opinião da fonte, a solução F-5 traria mais vantagens para o Brasil neste momento. "O desempenho operacional do F-5BR é imensamente superior aos demais modelos usados oferecidos ao Brasil: a FAB já possui os simuladores de voo dos F-5, além de ter implantado toda a manutenção dos aviônicos da aeronave na empresa Aeroeletrônica, de Porto Alegre, recentemente comprada da gaúcha Aeromot pela israelense Elbit".

A manutenção dos motores do F-5 já é feita no Brasil pela empresa Focal, do Rio de Janeiro, formada por ex-funcionários da GE Celma. O parque de material aeronáutico de São Paulo cuida de toda a manutenção estrutural e dos demais sistemas do F-5. Os cursos de tripulantes do avião modernizado também foram instalados pela Embraer/Elbit. "É uma solução de baixo custo para o País e a única disponível a curto prazo", afirmou. A Aeronáutica também tem proposta de adquirir outros modelos usados no mercado internacional. Já recebeu oferta do americano F-16, do russo Sukhoi 27, do israelense Kfir e do Cheetah, da África do Sul.

Período de transição

Segundo o chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cecomsaer), brigadeiro Telles Ribeiro, existem estudos que procuram atender as necessidades da FAB durante um período (provisório), em que serão encerradas as operações com os Mirage e ainda não ativados os novos aviões.

Todos esses estudos, de acordo com o brigadeiro, estarão sendo apreciados na próxima reunião de Alto Comando, quando serão definidas as linhas de ação a ser submetidas ao Ministro da Defesa. A reunião do Alto Comando mencionada pelo brigadeiro está sendo realizada em Brasília desde a última quarta-feira. As decisões tomadas durante as discussões ainda não foram anunciadas.

A informação que circula no meio aeronáutico, no entanto, é de que algumas decisões, como a substituição dos Mirage III diante do cancelamento do programa F-X, são urgentes e precisarão ser tomadas no curto prazo (Virgínia Silveira) (*Gazeta Mercantil*, 04.03.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>